

As Unidades Militares de Cascais

Por Coronel Aniceto Afonso



As Unidades Militares de Cascais

Por Coronel Aniceto Afonso ¹

A história de Cascais como sede de unidades militares pode dividir-se em três períodos principais. O primeiro começa em 1703, quando aqui foram fixadas três companhias de Infantaria que dariam origem ao Regimento de Infantaria 19, e acaba em 1834, quando este Regimento foi extinto pela Convenção de Évora-Monte.

Bastante tempo depois, inicia-se o segundo período, quando a República, em 1913, coloca em Cascais uma Companhia de Caminhos-de-Ferro, resultante da redução do Grupo Independente de Caminhos-de-Ferro que fora criado pela reforma do Exército de 1911. Foi esta Companhia que mobilizou um Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro para integrar o Corpo Expedicionário Português enviado para França a partir de Janeiro de 1917. No seu regresso, o Batalhão ainda se alojou em Cascais, mas pouco depois foi transferido para o Quartel dos Marinheiros em Alcântara, Lisboa.

O último período de Cascais como base de unidades militares pode chamar-se o período da Artilharia, e inicia-se em 1927, com a instalação na Cidadela de Cascais da Bateria de Artilharia de Defesa Móvel nº 4, logo transformada em Grupo Independente de Artilharia Pesada nº 3. O período da Artilharia continuou com a reorganização de 1931, que transformou a unidade em Grupo de Artilharia de Defesa Móvel de Costa. Em 1935 passou a Grupo de Artilharia Contra Aeronaves transformado em Grupo de Artilharia Contra Aeronaves nº 1 (GACA 1) em 1939, assim se mantendo até 1959. Os novos tempos obrigaram à adaptação de meios e missões e por isso a Artilharia instalou aqui o seu Centro de Instrução de Artilharia Anti-Aérea e de Costa (CIAAC), que veio a ser extinto em 2004.



Figurino dos uniformes do Regimento de Infantaria da Praça de Cascais (1762?), in *Uniformes de Vários Regimentos* (Séc. XVIII)



Frente e verso de um bilhete-postal de despedida de Cascais do Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro, 1917

¹ Coronel de Artilharia na situação de reforma, membro da Comissão Portuguesa de História Militar e investigador do Instituto de História Contemporânea/Universidade Nova de Lisboa. Antigo director do Arquivo Histórico Militar. Mestre em História Contemporânea Portuguesa. Autor de: *Portugal e a Grande Guerra, 2010* (1ª ed., 2003); *Anos da Guerra Colonial, 2009*; e *Guerra colonial - Angola, Guiné, Moçambique, 1997-1998* (todos com Carlos de Matos Gomes); *O Meu Avô Africano, 2009*; *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918, 2006*; *História de uma conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio, 2001*; e *Diário da Liberdade, 1995*. Colaborou na *História de Portugal, 1993*; e na *História Contemporânea de Portugal, 1986* (ambas dirigidas por João Medina).

O Regimento de Infantaria 19, que se manteve em Cascais por mais de 130 anos, ligou a sua história à Cidadela de Cascais, como seu quartel base, e daqui partiu para integrar a Divisão Auxiliar a Espanha que esteve no Rossilhão e na Catalunha em 1793-1795, assim como integrou a força anglo-portuguesa que participou na Guerra Peninsular, desde o Buçaco, em 1810, até às últimas batalhas em solo francês, em 1814.

A Divisão Auxiliar a Espanha era constituída por seis regimentos, sendo um deles formado por efectivos do Regimento de Infantaria 19 de Cascais, comandado, nesta campanha, pelo coronel Francisco de Melo de Mendonça da Cunha Meneses, que viria a ter os títulos de conde de Castro Marim em 1802, marquês de Olhão em 1808, ano em que foi nomeado um dos governadores do Reino.



Peça antiaérea pesada 9,4 cm do Grupo de Artilharia Contra Aeronaves nº 1 (GACA 1) de Cascais, desenho de Alberto Sousa, 1947



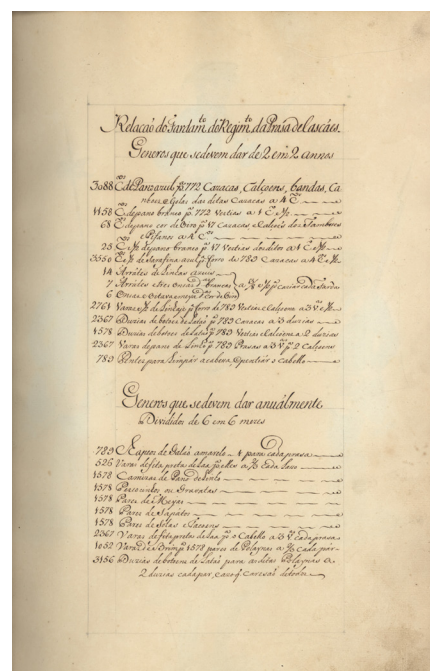
Figurinos dos uniformes do Regimento de Infantaria da Praça de Cascais (1791), in *Uniformes dos Regimentos do Reino e Conquistas*



Figurinos dos uniformes do Regimento de Infantaria da Praça de Cascais (1777)



Outro figurino do Regimento de Infantaria da Praça de Cascais (1792?), in *Uniformes de Vários Regimentos* (Séc. XVIII)



Relação do fardamento do Regimento da Praça de Cascais (1792?), in *Uniformes de Vários Regimentos* (Séc. XVIII)



Figurino de uniforme do Regimento de Infantaria da Praça de Cascais (1799)



Figurinos de uniformes do antigo Regimento de Cascais (1806), in *Uniformes Militares*, edição da Revista "Defesa Nacional", desenho de Carlos Ribeiro, s.d

O RI 19 foi dissolvido, como os restantes corpos do Exército, por Junot, em 22 de Dezembro de 1807. Os seus elementos foram integrados na Legião Portuguesa que Junot enviou para França e que saiu do país em Abril de 1808. Mas logo a seguir à Convenção de Sintra, em 30 de Agosto de 1808, e incluindo muitos dos desertores da Legião Portuguesa, foi reorganizado o RI 19 em Cascais, embora com apenas 200 homens. Em Janeiro de 1809 já o RI 19 tinha 1.600 homens e foi a partir desta unidade que se constituiu, juntamente com forças do Regimento de Infantaria 7 e do Batalhão de Caçadores 2, uma das brigadas portuguesas que integrou a força anglo-portuguesa presente no Buçaco em Agosto de 1810.



Figurinos de uniformes das 3ª e 4ª Brigadas da Divisão do Centro utilizados pelos militares do Regimento de Infantaria 19, na Guerra Peninsular (1810)

A ligação de Santo António a uma unidade militar começou no Regimento de Lagos, durante as guerras da Restauração, sendo após o tratado de paz de 1668 alistado como praça naquele Regimento por alvará de D. Pedro II, de 24 de Maio de 1668. A 12 de Setembro de 1683, D. Afonso VI promoveu-o a capitão. Só em 1777, o comandante do Regimento de Lagos fez proposta de promoção a major, através de um texto muito curioso: *“certifico que não existe alguma nota relativa a Santo António, de mau comportamento ou irregularidade praticada por ele: nem de ter sido em tempo algum açoitado, preso, ou de qualquer modo punido durante o tempo que serviu como soldado raso no regimento: Que durante todo o tempo, em que tem sido capitão, vai quase para cem anos, constantemente cumpriu seu dever com o maior prazer à frente de sua companhia, em todas as ocasiões, em paz e em guerra, e tal que tem sido visto por seus soldados vezes sem número, como eles todos estão prontos para testemunhar: e em tudo o mais tem-se comportado sempre como fidalgo e oficial: e por todos estes motivos acima referidos considero-o muito digno e merecedor do posto de major agregado ao nosso regimento, e de quaisquer outras honras, graças ou favores que aprover a S. M. conferir-lhe. Em testemunho do que assinei meu nome, hoje 25 de Março do ano N. S. J. C. 1777. Magalhães Homem”*.

Em 1807, por decisão de Junot, foi Santo António promovido a tenente-coronel, pouco antes de o seu Regimento deixar de existir, voltando a ser pago dos seus vencimentos, interrompidos em 1779, por decisão do Marquês de Pombal.

A crença transitou então para o Regimento de Infantaria de Cascais, a propósito de um recontro com tropas francesas no lugar de Santo António do Cântaro, no dia 27 de Setembro de 1810, em que participaram tropas deste Regimento. A partir daqui, a imagem de Santo António, a mesma que estivera em Lagos, acompanhou as tropas do Regimento que participaram na Guerra Peninsular, mantendo-se depois no quartel de Cascais.



Imagem de Santo António que acompanhou o Regimento de Infantaria de Cascais em várias campanhas, assim como as unidades militares que lhe sucederam no mesmo quartel

Esta brigada só se dissolveu no final da Guerra Peninsular, em 1814, tendo participado nas seguintes acções, em Espanha: Batalha de Fuentes de Oñoro em 5 de Março de 1811; 2º Sítio de Badajoz, de 19 de Maio a 17 de Julho de 1811; Sítio de Cidade Rodrigo, de 7 a 19 de Janeiro de 1812; Batalha de Salamanca em 22 de Julho de 1812; Sítio do Forte do Retiro em Madrid de 15 a 19 de Agosto de 1812; Combate da ponte de Valladolid em 28 de Outubro de 1812; Acção de San Muñoz em 17 de Novembro de 1812; Batalha de Victoria em 21 de Junho de 1813; Batalha dos Pirinéus, de 28 a 30 de Julho de 1813; Combate das alturas de Zarza, em 31 de Julho de 1813; Combate de Echalar, em 2 de Agosto de 1813; Combate de Zagramurdi, em 13 de Agosto de 1813; Tomada da Praça de S. Sebastião, em 31 de Agosto de 1813; Passagem do rio Bidasoa, em 7 de Outubro de 1813.



Bilhete-postal de 1905 sobre a Guerra Peninsular, com um figurino de uniforme do Regimento de Infantaria de Cascais

Já em França, foram as seguintes as acções da unidade que incluía tropas do RI 19: Batalha de Nivelles, em 10 de Novembro de 1813; Combate de Hastings, em 23 de Fevereiro de 1814; Batalha de Orthez, em 27 de Fevereiro de 1814. As forças portuguesas regressaram a Portugal a partir de 30 de Maio de 1814, onde foram recebidas de forma entusiástica.

No dia 25 de Março de 1828, o RI 19, juntamente com outras unidades, seguiu a causa de D. Miguel, comparecendo em formatura no Terreiro do Paço em Lisboa. Depois de ter participado nas campanhas da Guerra Civil, acabou, como dissemos, por ser dissolvido definitivamente pela Convenção de Évora-Monte. Um regimento com o mesmo número viria mais tarde a ser constituído, mas sem qualquer ligação a esta unidade de Cascais. A sua sede situa-se, até hoje, na cidade de Chaves, onde se instalou em 1885.

Só em 1913 a Cidadela de Cascais voltou a ser sede de uma unidade militar, inaugurando um período de sapadores de caminho-de-ferro, que se estendeu até 1927.

As primeiras tropas de caminhos-de-ferro foram constituídas em Portugal em 1884, com a reorganização militar de Fontes Pereira de Melo. Começou por uma Companhia de Caminhos-de-Ferro, integrada no Regimento de Engenharia. As suas missões resultavam do uso dos caminhos-de-ferro para fins militares, e compreendiam a construção, a manutenção e a destruição de linhas-férreas, de acordo com a evolução do exército em campanha. Em tempo de paz competia a estas tropas estarem preparadas para explorar troços ou mesmo substituir o pessoal civil, sempre que as circunstâncias o exigissem.



Gravura de Wellington, Comandante em Chefe das forças anglo-portuguesas durante a Guerra Peninsular

A República, na sua reestruturação do Exército de 1911 constituiu um Grupo Independente com duas companhias de caminhos-de-ferro, que em 1913 reduziu a uma companhia e transferiu da Cova da Moura para a Cidadela de Cascais.



Bilhete-postal militar utilizado pelo Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro em França, 1917-1919

Quando se constituiu o Corpo Expedicionário Português para integrar as tropas britânicas em França, depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal em 9 de Março de 1916, foi mobilizado um Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro que, embora subordinado ao C.E.P. poderia ser utilizado pelo Comando Inglês em zonas próximas do sector português. A companhia com sede em Cascais encarregou-se dessa mobilização, constituindo o Batalhão com 40 oficiais e 1248 sargentos e praças. Entre Fevereiro e Maio de 1917 as tropas de sapadores de caminhos-de-ferro embarcaram para França, onde acabaram por ficar directamente subordinadas ao I Exército Britânico, tal como o C.E.P.

Os primeiros trabalhos destas tropas começaram logo em Março de 1917, pouco depois da sua chegada a França. Participaram na construção da linha-férrea de Achiet para Bapaume, na região do Somme. Usadas depois estas tropas para levantamento de linhas-férreas já inúteis, para reutilização do material levantado, acabaram por participar na construção de algumas linhas nas regiões de Ypres e Messines, na Bélgica, na região de Armentières, próximo do sector do C.E.P., e também nas regiões de Arras, Calais, Abbeville e Dieppe. Muitos destes trabalhos foram efectuados muito próximo das frentes de combate, o que mereceu os devidos destaques, tanto pelo Comando Britânico como Português.



Formatura geral do Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro em Aire-sur-la-Lys (França) para o regresso a Portugal, em Abril de 1919

Durante a sua presença em França foram ainda organizadas mais duas Companhias de Sapadores de Caminhos-de-Ferro, pelo que, no dia do Armistício, em 11 de Novembro de 1918, as seis companhias se encontravam dispersas em várias zonas da frente, embora a 6ª se encontrasse ainda em organização. O Batalhão de Sapadores de Caminho-de-Ferro reuniu depois todos os seus efectivos no porto de embarque de Cherburgo, tendo iniciado o seu regresso a Portugal a 27 de Abril de 1919.

Do louvor que recebeu em Ordem do Exército consta que “O Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro foi a unidade portuguesa que com mais persistência e assiduidade cooperou na zona de guerra, onde prestou notáveis e assinalados serviços, em circunstâncias por vezes difíceis e arriscadas”.

Em 1920, e pelos serviços prestados em campanha, foi concedido o grau de Comendador da Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (O. E. n.º 10, II Série, de 10 de Julho de 1920), ao “Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro – porque num aturado serviço de campanha de quase dois anos, deu continuamente provas brilhantes de inexcusável dedicação pelo cumprimento dos seus deveres, estando sempre pronto para os mais árduos e arriscados serviços, que desempenhou com perfeita competência técnica e particular distinção, tendo merecido honrosas referências dos comandantes aliados sob cujas ordens serviu, e mantido um alto moral e um espírito de corpo fora do vulgar”.



Artigo publicado em “O Notícias Ilustrado”, em 28-04-1935, da autoria de Carlos d’Ornelas, sobre a comemoração da partida para França do Batalhão de Sapadores de Caminhos-de-Ferro



Peça antiaérea ligeira 20 mm do Grupo de Artilharia Contra Aeronaves nº 1 (GACA 1) de Cascais, desenho de Alberto Sousa, 1947

O Batalhão regressou, como dissemos, à sua base na Cidada de Cascais, mas pouco depois foi transferido para Lisboa, tendo sido utilizado, como já fora antes da Guerra, para apoiar, suprir ou mesmo substituir o pessoal civil nos caminhos-de-ferro, mesmo quando as greves dos ferroviários deixavam os comboios parados.

Do período da Artilharia, que se iniciou em 1927 e se estendeu até à extinção do Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa (CIAAC), cumpre destacar o papel desta unidade no processo desencadeado pelo 25 de Abril de 1974, período em que assumiu as suas funções estritamente militares, mas também colaborou, de forma muito positiva, na consolidação do processo democrático em Portugal.

